

PIRÂMIDE FAMÍLIAS SÃO BENEFICIADAS PELO AUMENTO DO EMPREGO FORMAL

A nova classe média

A classe média cresceu no Brasil nos últimos anos e já responde por mais da metade da população. Com renda maior e comprando mais, as famílias que agora ocupam esta faixa foram as grandes beneficiadas pela estabilidade macroeconômica e pelo aumento do emprego com carteira assinada. É o que revela a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o estudo, hoje há maior probabilidade de ascensão da classe média às camadas mais altas do que há seis anos.

Desde 2002, a participação da classe média na População Economicamente Ativa (PEA) aumentou de 44,19% para 51,89% nas seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), que formam a base da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento da FGV, a classe C é classificada como classe média, com renda mensal domiciliar entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.

O economista Marcelo Nery, um dos coordenadores da pesquisa, usou dados da PME para traçar um retrato da atual classe média e sua evolução nos últimos seis anos. Ele aponta como um dos principais fatores que contribuíram para inflar esta faixa de renda a expansão nos empregos com carteira assinada. "A carteira assinada é o grande símbolo da classe média", sentença. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), só nos

"A nova classe média é aquele segmento do meio, que cresceu muito nos últimos anos, a partir do próprio trabalho"

MARCELO NERY, ECONOMISTA DA FGV

seis primeiros meses do ano foram gerados 1,3 milhão de novos postos de trabalho, um aumento de 24,3% em relação ao primeiro semestre de 2007.

O fenômeno é dissociado dos efeitos de programas assistenciais, como o Bolsa Família, por exemplo. "Na verdade, a nova classe média é aquele segmento do meio, que cresceu muito nos últimos anos: o grupo emergente que cresceu a partir do próprio trabalho", afirmou. Esse aumento no número de pessoas empregadas pode ter influenciado uma redução nos índices de pobreza e de miséria, nos últimos seis anos, também revelado pela pesquisa. "Na verdade, o levantamento apresentou um cenário positivo também no combate à desigualdade", afirmou o economista.

Os dados da análise mostraram o desenvolvimento do

Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. O valor do índice varia de zero a um, sendo que zero significa que não há desigualdade e um representa um cenário onde a desigualdade é máxima, ou seja, apenas um pequeno grupo detém toda a renda da sociedade. De abril de 2002 para abril deste ano, o Índice de Gini passou de 0,62 para 0,58. O economista comentou que a participação das famílias na faixa da miséria, com renda próxima de zero, no total da população pesquisada caiu de 34,93% para 25,16%, nos últimos seis anos. "Estamos com uma boa safra de indicadores", disse.

■ Apagão na qualificação

Para o economista, o ponto fraco no crescimento sustentável da classe média – que passou a ganhar mais e a consumir artigos que podem produzir renda, como computadores – está na educação. Ele afirma que embora o governo tenha investido no setor, a qualidade do ensino no Brasil ainda deixa a desejar. Nery destaca a ausência de mão-de-obra qualificada para cargos com maiores salários.

"Saímos da crise do desemprego da década de 90 para o apagão da mão-de-obra. Os empresários estão investindo em emprego formal, com carteira assinada, que é o grande símbolo desse crescimento da classe média. Mas faltam pessoas qualificadas. É preciso investir na qualidade e na quantidade na questão da educação", disse o economista.

Renda maior para todos

A pesquisa revelou ainda que a renda média domiciliar total da população pesquisada para o levantamento saltou de R\$ 1.784,08 para R\$ 1.956,90 de abril de 2002 para abril deste ano – um aumento de 9,6%. Nos últimos seis anos, a participação das classes A e B (famílias com renda superior a R\$ 4.591/mês) também aumentou nas seis regiões metropolitanas passando de 11,61% para 15,52%. Já a participação das famílias de classe mais baixa, que ganham menos de R\$ 1.064, caiu de 46,13% para 32,59%.

A médica Mônica Amélia Medeiros, 46 anos, conta que há quatro anos a renda familiar girava em torno de R\$ 3.500. Hoje, com três fontes de renda, Mônica recebe um total de R\$ 6 mil. A evolução na renda, entretanto, não é suficiente para que ela tenha mudado de classe social, segundo a pesquisa da

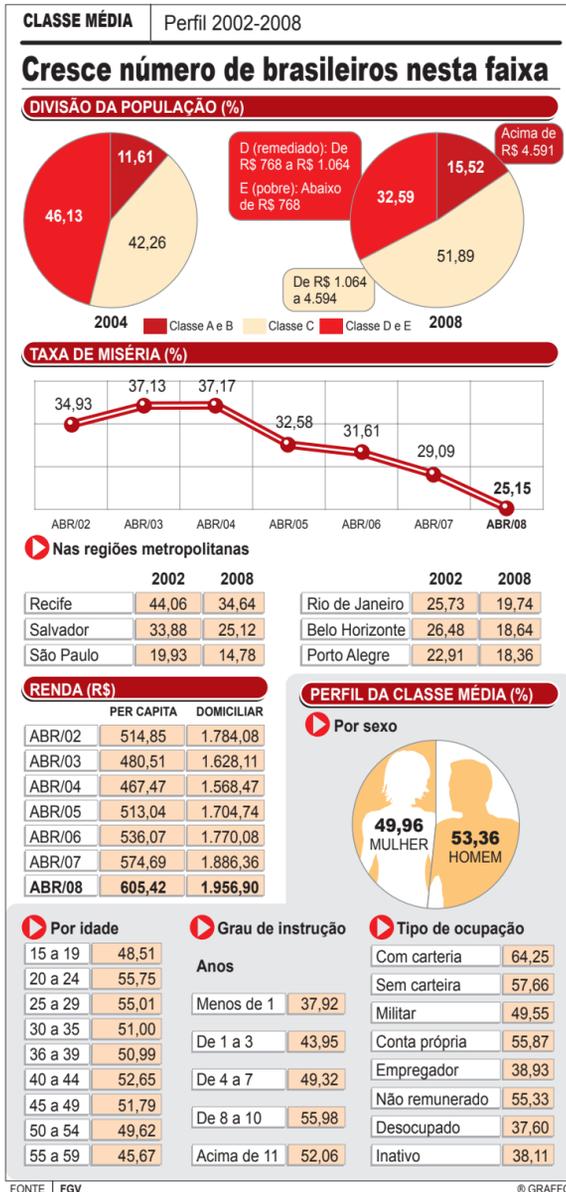
FGV. "Ganho mais porque trabalho em mais dois empregos. Hoje, eu posso viajar mais. Só esse ano viajei quatro vezes pelo Brasil", diz. "Mas isso não quer dizer que a minha renda aumentou sozinha. Eu trabalho muito mais", destaca.

"Além disso, hoje em dia eu não me preocupo mais em dividir as compras em parcelas, posso me dar ao luxo de comprar à vista", completa. Mas a médica acredita que os gastos e custos também aumentaram. "Às vezes, não sobra nem 10% do salário para colocar na poupança", reclama Mônica. Mãe de dois filhos, ela conta que mesmo com o aumento do salário ainda não deu para comprar o apartamento que deseja e, além disso, os hábitos simples da família continuam. "Como posso ser considerada uma integrante de classe alta se nem tenho uma casa própria? Não me permito

entrar numa loja e comprar uma camisa de R\$ 800. Isso sim é para classe alta", acredita.

■ Muita coisa mudou

O jovem Maurício da Costa e Silva, 18 anos, operador de máquina fotocopadora sabe que a sua fonte de renda ajudou a família a ter mais independência financeira. "Em 2004, a renda da minha casa era de aproximadamente R\$ 800; hoje é o dobro", comemora Maurício. A renda aumentou depois que Maurício passou a trabalhar. "Quer dizer que, agora, posso me considerar classe média? Agora, já posso até pensar em comprar meu carro", conta Maurício. Sobre as mudanças em seu cotidiano, ele conta que hoje em dia sai mais. "Posso ir ao cinema com mais frequência. Muita coisa mudou, mas ainda está longe dos hábitos da classe média", acredita.



Casa própria bate mais um recorde

Os financiamentos imobiliários com recursos da poupança cresceram 86,66% no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, para R\$ 12,9 bilhões, segundo a Associação das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). O número de unidades financiadas teve expansão de 58,9% na comparação entre os dois períodos para 128,4 mil unidades.

Em junho, o valor contratado com recursos da poupança cresceu 130,36% em relação ao mesmo mês do ano passado, para R\$ 3,1 bilhões. Na comparação com maio, o crescimento foi de 41,35%. Foram financiadas 32,5 mil unidades em junho, 96,06% acima do número registrado em junho de 2007 e 48% a mais do que as unidades de maio deste ano. Nos últimos 12 meses encerrados em junho, o valor contratado somou R\$ 24,2 bilhões, com crescimento de 100,3% em relação ao intervalo equivalente anterior. O número de unidades financiadas foi de 243,507 mil, com expansão de 69,5%.

O presidente da Abecip, Luiz Antonio França, disse ontem que o número de financiamentos habitacionais com recursos da poupança este ano deve superar o recorde de 267 mil unidades registrado em 1981. "As 128 mil unidades financiadas no semestre indicam que podemos bater o número de 1981", afirmou França, que destacou que o crédito imobiliário no Brasil corresponde a 1,7% do PIB.

Calote continua em alta no DF

A inadimplência no comércio do Distrito Federal em julho ficou em 5,4%, segundo levantamento do banco de dados da Câmara de Dirigentes Lojistas, que administra o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Neste mês, 150,5 mil pessoas tiveram o nome incluído no SPC e 142,8 mil foram excluídas do cadastro de inadimplentes. Em julho de 2007, o índice ficou em 5,2%.

O presidente da CDL, Vicente Estevanato, avalia que a ligeira alta em relação ao mês passado e a julho do ano anterior, é pequena se comparada ao aumento do crédito para pessoa física, segundo o Banco Central, de 32,4% nos últimos 12 meses. "Mas continua nos preocupando o aumento da inflação e dos preços dos alimentos, assim como os preços administrados pelo governo, de água, luz, telefone, e futuramente, do combustível, que ainda não aconteceu", analisa.

Estevanato afirma que a alta das taxas de juros ainda não chegou ao consumidor final, que com a grande oferta de crédito no mercado, continua comprando com financiamentos de longo prazo. Por outro lado, analisa ele, a oferta de empregos está elevada o que reduz o risco de inadimplência. Para o varejo, destaca o presidente, é positivo que o consumo continue crescendo.

Para tirar o nome do SPC, o consumidor deve renegociar ou pagar a dívida. E para saber se o nome está incluído no banco de dados, deve procurar a CDL no SCS, Quadra 6, Bloco A, Edifício CDL.



■ NA CASA DA MÉDICA MÔNICA AMÉLIA MEDEIROS A RENDA DOBROU

Três milhões saem da pobreza

Outra pesquisa, divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que três milhões de pessoas saíram da pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do País entre os anos de 2002 e 2008. Foram pesquisadas as cidades de Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A taxa de pobreza nessas seis regiões caiu de 32,9% para 24,1% no período.

As pessoas consideradas pobres em 2002 eram 14,3 milhões e agora somam 11,3 milhões. O número de novos ricos aumentou 28,1 mil entre 2002 e 2008. Em 2002, as

pessoas consideradas ricas nas seis regiões correspondiam a 448,4 mil. Agora, em 2008, somam 476,5 mil. Apesar disso, a participação de ricos no total da população nessas seis regiões metropolitanas permanece estável em 1%.

Para a pesquisa, o Ipea define como pessoas pobres aquelas que têm renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50). As pessoas ricas são aquelas pertencentes a famílias cuja renda seja igual ou maior do que 40 salários mínimos (R\$ 16,6 mil). "O Brasil está deixando de ser um país de pobreza absoluta para ser um

país de pobreza relativa, diminuindo a distância entre o topo e a base da pirâmide", afirmou o presidente do Ipea, Marcio Pochmann.

Segundo ele, a diminuição da taxa de pobreza nessas seis regiões metropolitanas, que correspondem a 1/4 da população brasileira e 2/5 do Produto Interno Bruto (PIB), reflete o resultado do crescimento econômico, com maior número de empregos e renda. Na avaliação de Pochmann, os programas de transferência de renda também contribuíram para esse resultado, assim como o aumento do salário mínimo. Ele res-

saltou, no entanto, que a pesquisa capta basicamente a renda oriunda dos rendimentos do trabalho e a aposentadoria.

■ Falta repasse

Segundo o presidente do Ipea, a pesquisa mostra que os ganhos de produtividade não estão sendo repassados ao salário. "É preciso estar atento para o fato de que o mundo do trabalho ainda não é capaz de repassar ao trabalhador parte significativa dos ganhos obtidos nos últimos ganhos", disse Pochmann. Isto porque, segundo ele, os ricos estariam "capturando" o crescimento da produtividade.

A região metropolitana de Belo Horizonte foi a que apresentou a maior queda no número de pessoas pobres. A taxa de pobreza caiu de 38,3% da população, em 2002, para 23,1% da população em 2008. Por outro lado Recife e Salvador apresentaram as maiores taxas de pobreza: Recife com 43,1% e Salvador com 37,4%.

A pesquisa também mostrou um avanço maior na redução do número de indigentes (quem vive com até 25% do salário mínimo) nessas regiões metropolitanas. Em 2002, 5,5 milhões de pessoas eram consideradas indigentes e, em 2008, caiu para 3,1 milhões.